

# O Presidente e o Congresso

Raul Pilla

20-11-46

(Deputado pelo Partido Libertador)  
(Para os Diários Associados)

A imperfeição do mecanismo constitucional norte-americano veio mais uma vez patentear-se com as recentes eleições legislativas. Obtiveram os republicanos a maioria em ambas as casas do Congresso, enquanto ao Partido Democrático pertence o Presidente, que, como se sabe, é all o chefe do governo. Significa isto, simplesmente, não ter o governo maioria para governar. Perdeu-a ele no Congresso e, também, no País. E apesar disto, terá de continuar governando, por ser fixo e irredutível o mandato do Presidente e lhe ter sido ele deferido directamente pelo povo. Haverá nada mais absurdo, como funcionamento de sistema de governo, e mais contraditório com os princípios da democracia representativa? Se a maioria é quem governa, como admitir que a minoria eleitoralmente verificada continue governando? Se existem dois poderes distintos, um que elabora as leis e outro que as põe em execuções, um que, representando directamente a opinião publica, traça as diretrizes e outros que as deve observar, como admitir que estes dois poderes se tornem antagónicos ou divergentes?

E', como se vê, o absurdo, a contradição erigida em sistema. Perde a administração a sua eficacia, obrigada a lutar ou a transigir com uma maioria hostil; e desmente-se a democracia num dos seus princípios básicos — o governo da comunidade por intermedio da maioria.

Diversamente sucede no sistema parlamentar. Sendo o presidente da Republica apenas o chefe da Nação, isto é, o árbitro entre os partidos, as vicissitudes eleitorais não lhe afetam a posição eminente. E pouco importa

que a maioria de ontem se tenha transformado na minoria de hoje: o governo será sempre a expressão da maioria actual, isto é, da vontade da nação regularmente manifestada. Isto é, verdadeiramente, democracia representativa.

Como se resolverá, porem, a contraditória situação criada nos Estados Unidos pela vitória do Partido Republicano?

Já houve quem reclamasse, tanto na imprensa como no Congresso a renuncia de Truman. Mas este não está obrigado a renunciar; mais, ainda, não deve renunciar, uma vez que recebeu o mandato por um prazo fixo e irrevogavel. Verdade é que a renuncia resolveria a contradição: o novo governo harmonizar-se-ia com a maioria do Congresso e com a opinião dominante no País.

Admitida tal solução, aliás já expressamente rejeitada pelo presidente, quais seriam as consequências? A primeira, desde logo evidente, é que se teria dado um passo para o regime parlamentar, pois um dos seus princípios consiste, justamente, em que o governo deve estar acorde com a maioria da representação política. Resolver-se-ia a contradição mediante uma crise, mas crise muitíssimo mais grave que as ocorrentes no sistema parlamentar. Com efeito, não seria apenas o ministerio, senão o proprio chefe da Nação o que renunciaria. E, em vez de se resolver rapidamente a situação com algumas consultas aos chefes parlamentares, haveria de proceder-se a uma eleição popular, com a intercorrência de uma acesa campanha política. Tanto tempo, tantos trabalhos, tantos riscos, para chegar, por fim e imperfeitamente, ao resultado que no regime parlamentar se conseguiria naturalmente, suavemente. Em suma, quebrar-se-ia a rigidez, do sistema presidencial, sem alcançar, sequer de longe, a admiravel elasticidade do sistema parlamentar.

A segunda solução, que corresponde aos desejos e ao temperamento do sr. Truman, seria transigir, acomodar-se o Presidente a nova e discordante orientação do Congresso. Este seria a imposição da prudencia e do bom senso. Mas, ainda aqui, a que se reduz o dogma da independencia dos poderes, que é o fundamento do sistema? Onde o presidencialismo, se o presidente se rende ao parlamento e se reduz a categoria de um simples chefe de gabinete? Tanto nesta, como na primeira hipótese, mais do que transição para o parlamentarismo, haveria, em rigor, deturpação do presidencialismo. No sistema parlamentar outra seria a solução, por vigorar um principio político, que é ao mesmo tempo um preceito moral: quem discorda, não se submete; deixa o cargo.

Firmitamente, a terceira solução não é propriamente solução, por ser a situação mesma que se criou e não encontra saída no sistema: a luta aberta entre os dois poderes, teoricamente "independentes e harmónicos". Com um presidente vigoroso, dotado de forte personalidade, é o que fatalmente se verifica, pois o congresso norte-americano, contrariamente ao que sucede nos demais países presidenciais, tem muito alto o sentimento da sua independencia, para transigir e submeter-se.

A historia política dos Estados Unidos apresenta numerosos exemplos desta luta absurda e esteril entre o Presidente e um Congresso mais ou menos hostil. O mais dramático episodio é o de Wilson, na ultima fase do seu governo. A opposição, em maioria no parlamento, desmantelou a generosa obra, realizada pelo Presidente na Conferencia da Paz, em Versalhes.

Não se pense, porém, que a luta somente se verifique quando a opposição alcança maioria no Congresso. A rivalidade entre os dois poderes é mais ou menos latente, mas constante. O absurdo principio da separação dos poderes leva fatalmente o Presidente a procurar dominar o Congresso e este a reagir ciosamente contra as intromissões daquele, ainda quando nele domine o Partido do Presidente. As duas instituições — Presidencia e Congresso — lutam por alcançar o predomínio, já que o mecanismo constitucional não as pode harmonizar.

Entretanto, isto não é o que se verifica nas demais nações presidenciais, as republicas latino-americanas. Destituídas da admiravel energia cívica do povo norte-americano, resolvem elas pela total submissão do Congresso, o antagonismo que lhes propõe o regime. A democracia representativa descamba, simplesmente, na ditadura pessoal do Presidente. Tal tem sido e continua sendo o nosso caso.

Luta perene, ou submissão definitiva é o dilema que o regime presidencial oferece. E a isto se chama sistema de governo...